Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

# SÍNTESE DA ATUAÇÃO DO GOVERNO EM MENSAGEM DE ANO NOVO

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO, TRANSMITIDA PELA AGÊNCIA NACIONAL, NA NOITE DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968, ATRAVÉS DE UMA REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO.

Meus compatriotas:

Suponho que alguns de vós, por mais distantes ou menos informados, ainda necessitam de esclarecimentos suplementares sobre a grave decisão tomada pelo Governo da República no dia 13 deste mês. Não tenho dúvida de que a Nação, como um todo, compreendeu de imediato as profundas razões do nosso gesto, pois foi ela que nô-lo inspirou, quando pressentimos que estavam sob ameaça aquilo que lhe é fundamental, como pressuposto de sua independência e do seu progresso: a Paz e a Unidade. A Paz pública e a Unidade Nacional.

Mas bastaria a suspeita de que um só, dentre os meus concidadãos, não estaria suficientemente esclarecido pelos próprios fatos, para que eu cedesse a um imperativo de consciência e aqui estivesse agora, nesta última noite do ano, com a possível palavra reclamada.

Já sabeis que tive de voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o Ato Institucional nº 5, para cujo texto obtive o apoio prévio, devidamente meditado, do Conselho de Segurança Nacional.

Que significação especial teve esse fato, se é verdade que a vida de cada um de vós não se alterou fundamentalmente; se a Nação continua a trabalhar em segurança e liberdade e se o Governo não se arrogou o direito de vos ditar normas restritivas de conduta?

Atentai bem. Mantida a Carta Magna de 24 de janeiro de 1967, assim como as Constituições Estaduais, o Presidente da República ficou transitoriamente munido de poderes excepcionais, para praticar todos os atos necessários à manutenção da ordem pública, à defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos, onde venha ela a ser ameaçada; à continuidade do esforço construtivo do setor público e das áreas privadas da economia nacional; ao resguardo das instituições basilares da democracia.

Usando esses poderes imediatamente, declarei em recesso o Congresso Nacional, até que se pusesse mão nas causas imediatas e mais ou menos remotas da crise que denunciou a falência temporária do poder político, felizmente a tempo de se evitar que este arrastasse o País ao irremediável da desordem e da guerra civil.

Por que a edição de um Ato Institucional, expressão do Poder Revolucionário, e não, por exemplo, a decretação do estado de sítio, remédio contido nos limites da Constituição? Se algum de vós não penetrou no contexto da crise e ainda guarda no espírito essa indagação, desejo responder agora que simplesmente não tínhamos alternativa. A edição do Ato Institucional nº 5, depois de vinte e quatro horas intensas de consultas e meditação, não se afigurou ao Presidente da República como a melhor das soluções, mas, sim, como a única solução.

Intensificada, a níveis de dramaticidade sem precedentes, pela irresponsabilidade com que um grupo de parlamentares resolvera humilhar, diminuir e desafiar as Forças Armadas, a crise de aparência insignificante precipitava-se para um desfecho subterrâneo cujas conseqüências competia ao Chefe-de-Estado prever e medir, para poupar ao País a dor e a vergonha da luta fratricida. A decretação do estado de sítio não seria remédio, mas paliativo perigoso, pois a curto prazo colocaria a crise nas mãos do próprio Congresso, onde a base político-partidária do Governo se mostrara inconsistente e pulverizada ante a ousadia da ação dos que se juntaram, aguerridos e com espírito de unidade, decididos a dar o tiro de misericórdia no regime, para a ansiada restauração da aliança entre a corrupção e a subversão.

Deus e a Nação são testemunhas de que tudo fiz para manter em linha de marcha o processo evolutivo da Revolução de 1964. Se não de todo convencido de sua viabilidade, pois via crescer diariamente o volume das dificuldades criadas a minha ação nesse sentido, nunca deixei de trabalhar para que se convertesse em realidade a promessa democrática do Movimento de 31 de Março, tanto em substância como em sua projeção formal.

Desejei ardentemente chegar ao fim do meu governo mantendo a estrutura do sistema constitucional e dando-lhe, simultaneamente, a sólida base econômica, social e administrativa, indispensável à sua plena e ampla consolidação.

Preparei-me para isso, sabe Deus com que fervor e quantos sacrifícios. Comecei a dimensionar os problemas a atacar, nestas duas direções, muito antes de me empossar na Presidência. Dos seminários, reuniões de equipes e estudos pessoais, realizados ainda na condição de candidato, pude levar para a Chefia do Governo as linhas gerais de um programa sério, a cuja execução me lancei imediatamente, desde o primeiro dia do meu período constitucional.

Mas nunca admiti — e apelo aqui para a vossa memória — nunca admiti que a ambição administrativa, embora legítima e até patriótica, fizesse esmaecer em meu espírito, e na ação geral de meu Governo, o compromisso revolucionário. Ao contrário, era nele que permanentemente me inspirava para trabalhar em termos objetivos pela democracia e pelos ideais democráticos. No primeiro discurso que proferi como Presidente empossado, perante o Ministério reunido, defini a tarefa que me propunha realizar como a conciliação entre as «invencíveis exigências do convívio democrático» e as «severas necessidades da Revolução», a qual, «tendo salvo o País da subversão, do despotismo e do caos, não poderia jamais ser malbaratada, posta de lado como traste envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo».

Para isto, necessitávamos de um sistema de apoio em que se integrassem todas as forças válidas da Nação, pois era para a Nação como um todo que se dirigiam o nosso pensamento, o nosso programa e o nosso trabalho de cada dia. O povo correspondeu admiravelmente, com o espírito de sacrifício e compreensão dos próprios obstáculos deparados pelo Governo no esforço de recuperação nacional. Não nos faltou o operariado com instintiva adesão a um programa que se destinava a ampliar-lhe as possibilidades de emprego e restituir-lhe aos poucos, firmemente, o poder aquisitivo destruído pela inflação. Nunca falharam as Forças Armadas com seu espírito de unidade, sua fidelidade à causa republicana e sua dedicação profissional, postos à prova pelo baixo nível dos vencimentos, mas fortalecida pela consciência da alta missão de zelar pela estabilidade do regime, de velar pela segurança geral do Brasil e dos brasileiros.

Falhou, entretanto, a base política de que igualmente necessitava o Governo para manter o regime e assegurar-lhe a infra-estrutura de sustentação. Aos primeiros sinais de debilidade orgânica, de vacilação nos propósitos revolucionários e de afrouxamento no cumprimento dos deveres mais elementares para com o sistema constitucional, comecei a fazer advertência de companheiro, às vezes tomadas como ameaças e freqüentemente ouvidas como manifestação gratuita de desestima pela chamada classe política. Lembro-me de que ofereci à Aliança Renovadora Nacional, ao contrário, muitas provas despercebidas de estima excepcional, indo viver com ela, por exemplo, em São Paulo, a 3 de outubro deste ano, uma das datas mais íntimas de minha família. Já então, encorajada pela displicência do Partido fundado para apoiar a Revolução, crescia a maré revanchista, cujas águas transbordariam no episódio de 12 de dezembro. Fiz mais uma advertência de chefe e de camarada, com as seguintes palavras bastante claras:

«Nem tudo se vence pela força. Um grande partido democrático, unido, vigoroso e identificado com as mais profundas tendências do

espírito popular, é a vanguarda e o sustentáculo maior do regime, que somente por exceção indesejável há de apelar para o recurso às armas».

Palavras de aviso leal, como estas, foram proferidas em muitas outras oportunidades, crescendo de ansiedade na medida em que víamos por toda parte o trabalho de arregimentação do inimigo, e a ele corresponder a desagregação da base político-parlamentar do Governo.

Instigavam-se grupos estudantis desavisados; repetiam-se os atos de terrorismo nos grandes centros urbanos; rearticulavam-se escancaradamente as forças vencidas pela Revolução de 1964; e a tribuna do Congresso convertia-se em vazadouro do ódio e da calúnia contra as Forças Armadas.

Apesar disso, e alimentando a esperança do que tal espetáculo despertasse a consciência do dever entre os que se divertiam no cultivo de pequenas vaidades pessoais, o Governo continuava a trabalhar. Os resultados quantitativos de seu trabalho aí estão para testemunhar que levamos, até onde era possível levar, o esforço para vencer, pela eficiência, a fúria revanchista que aos poucos dominava o Congresso e a todos nos ameaçava.

Contida a inflação, o custo de vida na Guanabara caía de 41, em 1966, para 24 em 1967. Em 1968, marchava-se para confirmar a previsão de um aumento de 6 por cento no produto interno bruto, o que significa a retomada do desenvolvimento nacional ao nível de 1960. Avançamos na recuperação do setor agrícola e do abastecimento. Continuamos a modernizar e expandir a infra-estrutura econômica, notadamente quanto a comunicações, energia e transportes. Neste ano que hoje se encerra, acrescentamos quase 1.000.000 de kW à nossa capacidade de gerar energia; elevamos de 157 por cento o número de circuitos no sistema de telex do País, construímos mais 170.000 residências e pavimentamos mais 2.150 quilômetros de rodovias, recorde de todos os tempos em um ano de trabalho. Ampliamos as condições de desenvolvimento do Nordeste, começamos a recuperar a Amazônia e iniciamos a reforma agrária; implantamos a reforma tributária e a reforma administrativa, concluímos a estrutura legal da reforma do ensino; recuperamos a Marinha Mercante e aumentamos a nossa participação nos fretes internacionais; concluímos este ano mais duas refinarias de petróleo, duplicamos a Estrada Rio-São Paulo e estamos realizando obras rodoviárias que possibilitarão, durante o nosso Governo, realizar 8.500 km de pavimentação; executamos, ainda, a fusão da previdência social.

Da saúde, à siderurgia e a educação, atacamos, em suma, todos os setores dos quais havia desertado o espírito do desenvolvimento, em conseqüência dos anos de desordem, demagogia e desonestidade.

aos quais os revanchistas desejariam agora voltar. O índice de crescimento do produto interno bruto havia caído, em 1963, a 1,6 por cento e, já no fim de 1964, subia a 3,1 por cento.

Estes números, meus concidadãos, dizem, melhor que palavras, porque no dia 13 deste mês resolvemos aplicar o remédio extremo, para evitar que a Revolução perdesse o seu ímpeto substancial e, com ele, se extinguissem as possibilidades de revigoramento do regime democrático entre nós. Salvamos o nosso programa de Governo e salvamos a democracia.

Sacrificamos transitoriamente o secundário, em benefício do que é fundamental e deve ser perene no Brasil: A paz pública, a tranqüilidade da família, a garantia das liberdades essenciais; o desenvolvimento do País, o progresso material e moral da sociedade brasileira.

Deus nos ajude a preservar esses valores em 1969 e para sempre.

É o que de coração desejo a todos os nossos bons compatriotas, aos seus familiares, à família brasileira, enfim, desejo e formulo os nossos melhores votos de um ano novo próspero e feliz.